



ATAQUES EM CABO DELGADO

Governo diz que “situação continua complexa”, mas não partilha informações relevantes com o Parlamento

Foi em sede da Assembleia da República que o Governo, através do Ministro do Interior, reconheceu ontem que a “situação de Cabo Delgado continua complexa” e disse que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) estão a enfrentar uma guerrilha constituída por grupos terroristas que usam a população como escudo.

Amade Miquidade explicou aos deputados que os terroristas empregam uniforme das FDS, usam drones para o reconhecimento de posições das forças governamentais, e preparam as suas incursões de terror em locais de culto. Ainda assim, o Ministro do Interior disse que “o inimigo está em fuga” e que as FDS estão empenhadas

em cortar as linhas de abastecimento em armas, medicamentos e alimentação.

Em reacção, os terroristas tentam agora raptar pessoas para engrossar as suas fileiras, e as vítimas são usadas para transportar produtos roubados nas aldeias atacadas e, em caso de ataque das FDS, elas servem como escudo. “O inimigo busca refúgio em zonas remotas dos distritos de Quissanga e Mocímboa da Praia. As FDS estão a trabalhar na formação especializada dos seus efectivos que fazem o patrulhamento. A segurança está a regressar às zonas afectadas e apelamos a toda a sociedade para partilhar com as FDS



informações sobre a movimentação dos terroristas”.

O Ministro do Interior respondia assim às perguntas colocadas pelas bancadas da Frelimo e do MDM sobre as medidas que o Governo tomou para devolver a paz e a tranquilidade à população de Cabo Delgado, e como estava a lidar com a situação das famílias

deslocadas. Antes de Amade Miquidade, o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, tinha assumido, em nome do Governo, o compromisso de “reforçar a capacidade operativa das FDS de modo a continuarem a combater energicamente as acções dos terroristas e outras de natureza criminosa”.

Respostas do Executivo não abordam a crise humanitária em Cabo Delgado

Entretanto, o Governo não deu respostas esclarecedoras em relação à forma como está a reagir ao conflito, muito menos sobre a crise humanitária que se vive em Cabo Delgado. Nem o Primeiro-Ministro, nem o Ministro do Interior explicaram aos mandatários do Povo as razões que levaram o Governo a contratar empresas de mercenários para o “teatro das operações” em Cabo Delgado. E ninguém sabe ao certo os valores envolvidos na contratação de mercenários, nomeadamente os russos do Wagner Group e agora os sul-africanos do Dyck Advisory Group (DAG).

O Governo de Filipe Nyusi está a gerir a situação de insegurança e da crise humanitária em Cabo Delgado seguindo a mesma cartilha de secretismo usada na contratação das dívidas ocultas que empurraram Moçambique para a maior crise económica e financeira. Mesmo perante órgãos de soberania como é o caso da Assembleia da República, o Governo não partilha informações relevantes e esclarecedoras sobre a situação de Cabo Delgado.

Por exemplo, foi através da imprensa estrangeira que os moçambicanos tomaram conhecimento de que o Governo tinha contratado empresas de mercenários para apoiarem as FDS na luta contra a insurreição em Cabo Delgado. Há dias, foram os órgãos de informação sul-africanos que anunciaram que Moçambique tinha solicitado ao Governo de Pretória apoio militar para operações aéreas e navais em Cabo Delgado. A ministra

sul-africana dos Negócios Estrangeiros, Naledi Pandor, foi citada como tendo confirmado a existência de negociações. “Os nossos governos negociam a forma como, de forma individual e através dos nossos recursos, podemos prestar o nosso apoio, como África do Sul. Neste preciso momento, entendemos que Moçambique está a ser apoiado por companhias de segurança privada, no combate a este grupo de insurgentes”.

Hoje, o Governo volta à Assembleia da República para responder às perguntas de insistência dos deputados. A expectativa é que o Executivo esclareça todas as dúvidas sobre a situação dos ataques em Cabo Delgado, incluindo o envolvimento de forças privadas no combate aos insurgentes. É ainda expectável que Governo aborde, com a profundidade necessária, a crise humanitária naquela província, que afecta mais de 200 mil deslocados.

Sabe-se, por exemplo, que as pessoas deslocadas estão a precisar de todo o tipo de apoio, com destaque para tendas e alimentação. Os três centros abertos em Metuge acolhem apenas 10 mil deslocados locais e do distrito de Quissanga, a maioria mulheres e crianças. Trata-se de centros que não oferecem condições para a observância das medidas de prevenção da covid-19, pois os deslocados passam as noites aglomerados em salas de aulas e tendas. E isso acontece numa província que se tornou o epicentro da doença, com 128 casos positivos confirmados até quarta-feira, 27 de Maio, dos quais 52 já recuperados.

COVID-19
STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19
ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa:

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

